# Brasília-DF



**CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA**
*carlosalexandre.df@dabr.com.br*

## Questão de tempo

Bolsonaristas podem fugir, tergiversar, inventar narrativas fantasiosas. De nada adiantará. O Supremo Tribunal Federal (STF), poder mais atingido pela sanha antidemocrática, e a sociedade brasileira já deram mostras suficientes de que vão alcançar e punir os responsáveis pela infâmia cometida na capital da República.

Ricardo Stuckert/PR



## Para Biden, Lula é um "líder global"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, ontem, as credenciais de nove novos embaixadores no Brasil — entre eles o da representante dos Estados Unidos, Elizabeth Bagley (**foto**). Segundo o Planalto, depois da conversa com o chefe do Executivo, ela afirmou que o presidente americano, Joe Biden, vê Lula como um "líder global". "Falei para o presidente Lula que o presidente Biden o enxerga não apenas como líder nacional ou da região, mas como líder global. Falamos da necessidade de unirmos nossas nações para melhorar a qualidade de vida econômica dos nossos povos", relatou.

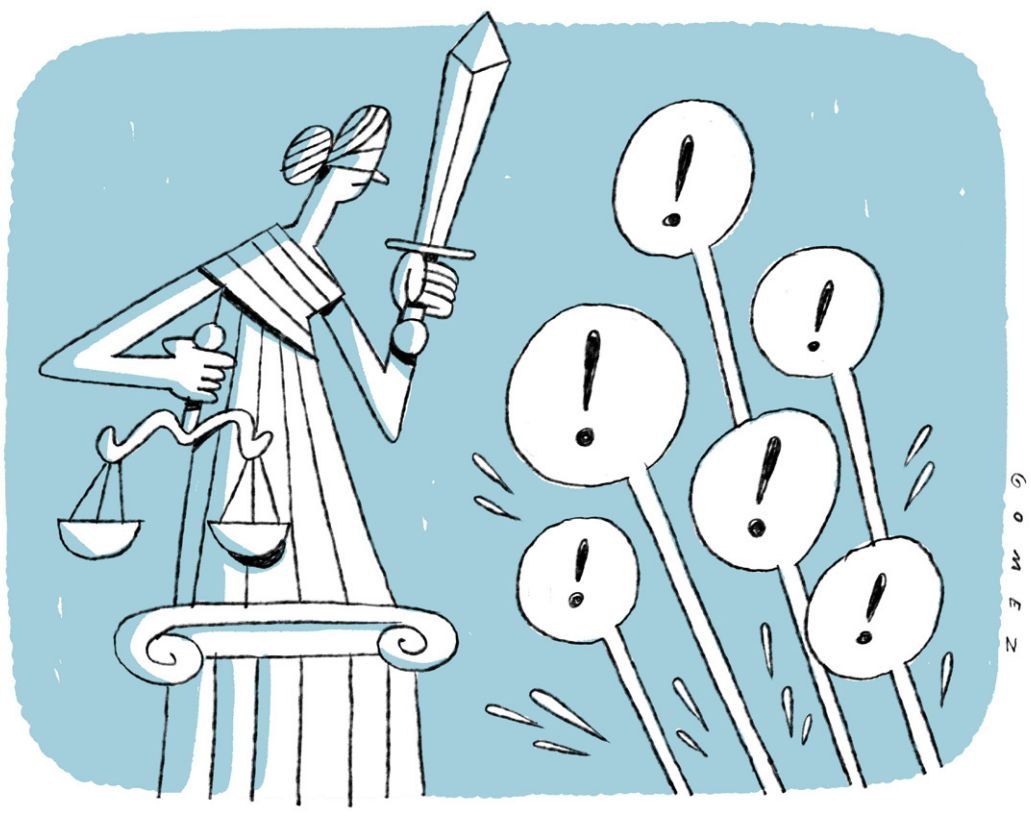
# Manobras golpistas e a espada de Têmis

As manifestações de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da operação "tabajara" perpetrada por bolsonaristas, indicam que a alta Corte, por ora, não vê fato novo ou elemento relevante a ser acrescido ao que se apura sobre movimentos golpistas em curso em Brasília.

De forma alguma, no entanto, a avaliação preliminar dos ministros diminui a gravidade da sanha autoritária que motivou os atos repugnantes de 8 de janeiro; ou dispensa a investigação em curso para identificar e responsabilizar os criminosos que atentaram contra a democracia.

Entre idiotas e fanáticos, houve aqueles que, efetivamente, conspiraram contra o Estado Democrático de Direito. É sobre eles que a espada de Têmis deve recair com maior peso.

Nesse sentido, a operação deflagrada, ontem, pela Polícia Federal contribui para esclarecer a extensão do movimento golpista engendrado nas sombras. Vem a público, por exemplo, a revelação de que um empresário de Goiás, um policial legislativo e uma advogada colaboraram com os ataques de janeiro. Eles foram os operadores. Procuram-se os mandantes.



## Fragilidade da democracia na pauta

Lula embarca na próxima semana para os EUA. Segundo Elizabeth Bagley, na conversa com o presidente brasileiro foram tratadas alguns dos temas para a reunião bilateral com Joe Biden. Um deles, segundo a representante norte-americana, é "a fragilidade da democracia, não só no Brasil e nos Estados Unidos, mas também no resto do mundo".

## Futuro incerto

Com o cerco fechando para os bolsonaristas e os políticos envolvidos em propostas de golpe de Estado, a pergunta que não quer calar é: o que acontece com Jair Bolsonaro? O ex-presidente está nos Estados Unidos tentando conseguir um visto de turismo para permanecer mais tempo por lá. Acontece que o trâmite pode demorar meses e a situação está ficando cada vez mais complicada, já que o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius de Carvalho, avalia derrubar sigilos impostos pelo seu governo em 234 processos.

## Regulamentação das redes

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, disse ontem que a Corte vai levar ao Congresso uma proposta para regulamentar as redes sociais. O objetivo é combater o que o magistrado classificou como uma captura das plataformas por "populistas de extrema direita".

## Presidente de acordo

A intenção de ter uma regulamentação das mídias já havia sido proposta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante a campanha eleitoral, o petista defendeu a criação de mecanismos para separar "o joio do trigo". A tentativa de regulamentar já foi defendida no segundo mandato do petista, entre 2007 e 2010. À época, a Secretaria de Comunicação Social do governo formulou um projeto para criar um marco regulatório da comunicação eletrônica. Porém, a proposta foi engavetada durante a gestão de Dilma Rousseff.

**Com Luana Patriolino e Ingrid Soares**

**PODER**

# 234 sigilos na mira da revisão

CGU começará a abrir caixa preta de Bolsonaro. Um dos segredos a serem analisados é do processo disciplinar de Pazuello

Joédson Alves/Agência Brasil




**Carvalho destacou que vários casos colocados sob sigilo ferem as premissas para restrição ao acesso**

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius de Carvalho, anunciou que o órgão analisará ou revisará 234 casos que estavam sob sigilo de 100 anos durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Entre tais casos, segundo ele, 111 pedidos de acesso à informação foram negados alegando risco à segurança nacional e 35, risco à segurança do presidente e de seus parentes.

A CGU também revogará o sigilo do processo administrativo instaurado pelo Exército, em 2021, e que tinha como alvo o então ministro da Saúde e general Eduardo Pazuello. O caso do agora deputado federal (PL-RJ) é parte desse pacote.

Carvalho apontou retrocessos entre os períodos de 2019 e 2022 e pontuou a banalização do uso de determinadas categorias de restrição de acesso à informação, alterações nos precedentes vigentes da CGU (memória institucional), ampliando entendimentos contrários a transparência, e a limitação das pessoas ao acesso à informação. De acordo com a controladoria, dos 234 casos, além dos 111 de segurança nacional e 35 de segurança do presidente e parentes, há 49 de informações pessoais, 16 de atividades de inteligência e 23 classificados como "outros". Os dados começam a ser analisados (para divulgação ou não) a partir do dia 6.

A reavaliação de tais pedidos de acesso à informação foi determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de despacho assinado no dia da posse. De acordo com a CGU, entre 2019 e 2022 foram registrados 511.994 pedidos de acesso à informação. Destes, 64.571 foram negados total ou parcialmente.

"O que me chamou a atenção foi o fato de que, desse total, apenas 2.510 foram objeto de recurso para a CGU, o que revela que muita gente desiste ao longo do caminho, após ter o pedido inicial negado. Veja que a porcentagem de recursos feitos à CGU é menor do que 5%", explicou o ministro, acrescentando que 1.335 dos cerca de 2,5 mil pedidos que foram objeto de recurso receberam uma negativa, como resposta ao pedido de acesso à informação.

Carvalho acusou que "foram identificadas decisões baseadas em fundamentos questionáveis que desrespeitaram o direito de acesso à informação, banalizaram o sigilo e caracterizam claro retrocesso à política de transparência pública".

### Ex-ministro

Para a análise dos 234 casos, a CGU elaborou 12 enunciados que devem orientar o governo federal na aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Um desses deve liberar dados de casos como o do deputado federal e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

Durante o governo Bolsonaro, o Comando do Exército impôs sigilo de 100 anos aos documentos do processo disciplinar, alegando que se tratavam de informações relativas à vida privada do militar. Agora, a nova orientação da CGU passa a recomendar a abertura de processos disciplinares contra servidor público militar ou civil (desde que concluído, ou seja, já julgado).

Também estão sob análise casos como o do assassinato da vereadora do PSol Marielle Franco (irmã da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco), gastos de Bolsonaro com motociatas, listas de passageiros em voos da Força Aérea e compras das Forças Armadas.

### » Dois presos na 4ª fase da Lesa Pátria

A Polícia Federal prendeu, ontem, na quarta fase da Operação Lesa Pátria, dois bolsonaristas que participaram da invasão às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Quatorze endereços foram visitados. Um dos detidos é Lucimário Benedito Camargo, o "Márcio Furacão", ex-presidente da Câmara de Lojistas de Rio Verde (GO). Em vídeo dentro do Palácio do Planalto, disse que "o povo não vai deixar ladrão governar o país". Em Rondônia, foi preso o ex-candidato a deputado estadual William Ferreira da Silva, o "Homem do Tempo" — filmou-se nas depredações ao Supremo Tribunal Federal.

# Advogado desdenha de minuta golpista

» TAÍSA MEDEIROS

A qualidade do texto da minuta golpista encontrada na casa do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres é "tecnicamente muito ruim" e foi motivo de ironia. Segundo o advogado Demóstenes Torres, o documento é uma "presepada" e "foi feito pelo Tiririca", por causa dos erros de português.

"Possivelmente foi feita pelo Tiririca, porque tem mais de 50 erros de português", desdenhou Demóstenes, referindo-se ao deputado federal Tiririca (PL-SP), conhecido por fazer na tevê um personagem conhecido por falar mal o vernáculo. "Chama presidente, e não diz se é presidente da República. Erra o nome do tribunal onde teria que se aplicar o Estado de Defesa", explicou.

Durante o depoimento à Polícia Federal (PF), que durou cerca de 11 horas, na quinta-feira, Torres disse que não entregou o celular porque o perdeu na viagem que fez aos Estados Unidos com a família. Segundo o advogado Rodrigo Roca, o motivo de o aparelho não ter sido trazido de volta foi a "correria" para voltar ao Brasil.

No depoimento, Torres afirmou não ter colocado o documento na estante em que foi encontrado e disse que isso poderia ter sido feito por uma funcionária sua. "Que não é por ter sido encontrado na estante que teria importância; que na verdade já era para ter sido descartado", registra na ata do depoimento. Segundo ele, devido à sobrecarga de trabalho, era comum que levasse para casa documentos a serem analisados.

### Digitais

Ao periciar a minuto golpista, a PF identificou diversas impressões digitais, o que indica ter sido manuseada — e possivelmente lida — por algumas pessoas. Um investigador da PF confirmou ao portal G1 a localização de "fragmentos de digitais de diversas" pessoas no documento. A minuta trazia no texto uma proposta de intervenção, pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o intuito de alterar o resultado da eleição presidencial vencida por Luiz Inácio Lula da Silva como presidente pela terceira vez.

Os peritos da PF tentam identificar a quem as digitais pertencem para avançar nas investigações. Caso outras autoridades tenham manuseado o documento, além de Torres, ficará constatado que Torres mentiu no depoimento feito na última quinta-feira, no qual afirmou não ter ideia de quem escreveu a minuta, e que não teria fundamento legal.